

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.977 - PR (2019/0234345-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : LAURO FERNANDO ZANETTI - PR005438
DANIELLE BAPTISTA E OUTRO(S) - PR057356
GUILHERME ALVARES PEREIRA - PR065807
RECORRIDO : LUIS ALFREDO ALVES & CIA LTDA
ADVOGADO : MARCO ANTONIO DE LIMA - PR032057
INTERES. : BANCO BANESTADO S.A
ADVOGADOS : LAURO FERNANDO ZANETTI E OUTRO(S) - PR005438
RENANN CYPRIANO DE OLIVEIRA - PR055411
AGRAVANTE : LUIS ALFREDO ALVES & CIA LTDA
ADVOGADO : MARCO ANTONIO DE LIMA - PR032057
AGRAVADO : BANCO BANESTADO S.A
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : LAURO FERNANDO ZANETTI - PR005438
DANIELLE BAPTISTA E OUTRO(S) - PR057356
GUILHERME ALVARES PEREIRA - PR065807

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ITAÚ UNIBANCO S.A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJPR assim ementado (e-STJ fls. 1.247-1.248):

AGRAVO RETIDO. DECISÃO SANEADORA. ILEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". NÃO ACOLHIDA. SUCESSÃO ENTRE O BANCO BANESTADO S/A E BANCO ITÁU S/A. FALTA DE INTERESSE DE AGIR.

NÃO VERIFICADA.ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E POSSIBILIDADE DE ARGUIÇÃO DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO NÃO FUNDADA EM ERRO. PRESCRIÇÃO. REJEITADA.APLICAÇÃO DO PRAZO VINTENÁRIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 177 DO CC/16 C/C ART. 2.028 DO CC/02.

AGRAVO RETIDO DE ITAU UNIBANCO S.A. CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

APELAÇÃO CIVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE DE COBRANÇA DE VALORES CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. CONTRATOS ACOSTADOS AOS AUTOS QUE NÃO TRAZEM A PACTUAÇÃO EXPRESSA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NECESSIDADE DE PREVISÃO EXPRESSA DA CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. ORIENTAÇÃO E ESCLARECIMENTO REALIZADO PELA 2ª SEÇÃO DO STJ NO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1.388.784/SC, INCLUSIVE QUANTO À INTERPRETAÇÃO DO RESP 973.827/SP A ESTE RESPEITO. AUSENTE O PACTO EXPRESSO.EXCLUSÃO

MANTIDA. EXCLUSÃO DE VALORES COBRADOS SOB N° 62. ESQUEMA "NHOC". MÁ-FÉ CARACTERIZADA. APLICAÇÃO DO ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDC. LANÇAMENTOS N°S 60, 63, 64 E 80. EXCLUSÃO INDEVIDA. ILEGALIDADE "NHOC" OU "SEGUNDO LANÇAMENTO" NÃO DEMONSTRADA. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. TAXA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. PERÍCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INCIDÊNCIA JUROS E TARIFAS SOBRE OPERAÇÕES. EXCLUSÃO INDEVIDA. DANO MORAL SOFRIDO PELA PESSOA JURÍDICA NÃO COMPROVADO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À HONRA OBJETIVA DA EMPRESA. RECLAMANTE QUE NÃO DEMONSTROU CATEGORICAMENTE OS DANOS SOFRIDOS PELA PESSOA JURÍDICA COM SUSPENSÃO DO SERVIÇO, PREJUÍZO AO NOME DA EMPRESA OU A OCORRÊNCIA DE RISCO À SUA CREDIBILIDADE NO MERCADO QUE ATUA. TAXA SELIC. SUBSTITUIÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA AOS VALORES A SEREM REPETIDOS. NÃO CABIMENTO. REPETIÇÃO EM DOBRO. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. MANUTENÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO ADEQUADA. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. FIXAÇÃO ADEQUADA.

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL DE ITAU UNIBANCO S.A. CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL DE LUIS ALFREDO ALVES E CIA LTDA ME CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Os embargos de declaração opostos às fls. 1.277-1.279 (e-STJ) foram rejeitados (e-STJ fls. 1.401-1.405).

Nas razões do apelo extremo (e-STJ fls. 1.286-1.291), o insurgente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao art. 406 do CC/2002, sob a alegação de que a taxa dos juros moratórios fixada a partir da vigência do CC/2002 deve ser a Selic (taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia), sem a cumulação com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria *bis in idem*.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 1.494/1.1.508).

Admitido o recurso na origem (e-STJ, fls. 1.521-1.527), ascenderam os autos a esta Corte Superior.

É o relatório.

Decido.

A insurgência merece prosperar.

1. No que se refere à incidência da Taxa Selic sobre a condenação a partir da vigência do CC/2002 (11/1/2003), o Tribunal de origem decidiu nos seguintes termos (e-STJ, fls. 1.265-1.267):

Da taxa SELIC

A instituição financeira aduz que a sentença deve ser reformada a fim de substituir a aplicação do percentual de 1% ao mês e correção monetária

pela taxa SELIC.

Sem razão.

Taxa Selic é definida como a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, segundo consta na Circular BACEN n° 2.868, de 04 de março de 1999, e na Circular BACEN n° 2.900, de 24 de junho de 1999, ambas no art. 2º, § 1º. Essa taxa é calculada sobre os juros cobrados nas operações de 'overnight', que consiste na venda do título negociável em operação financeira com cláusula de compromisso de recompra.

Assim, totalmente inaplicável a Taxa Selic aos valores considerados como indevidos, uma vez que sobre tais quantias devem incidir somente correção monetária acrescida de juros moratórios no percentual de 1% ao mês, conforme estabelece o art. 406 do Código Civil, artigo que determina que os juros legais correspondem aos indicados no § 1º do artigo 161 do Código Tributário Nacional.

(...)

Nega-se provimento ao recurso, destarte, pois indevida a aplicação da Taxa Selic.

No entanto, a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a fixação da taxa dos juros moratórios, a partir da entrada em vigor do artigo 406 do Código Civil de 2002, deve ser feita com base na taxa Selic, sem cumulação de correção monetária.

Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVADO.

1. **Esta Corte firmou entendimento no sentido de que a fixação da taxa dos juros moratórios, a partir da entrada em vigor do artigo 406 do Código Civil de 2002, deve ser com base na taxa Selic**, podendo essa tese ser aplicada inclusive nos casos em que se discute a execução de honorários. Precedentes.

2. O termo inicial dos juros moratórios deve ser determinado a partir da natureza da relação jurídica mantida entre as partes. 2.1. No caso, tratando-se de mandato, a relação jurídica tem natureza contratual, sendo o termo inicial dos juros moratórios a data da citação. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Conforme o entendimento desta Corte, o referido óbice aplica-se aos recursos especiais interpostos com fundamento tanto na alínea "c" quanto na alínea "a" do permissivo constitucional.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1180613/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 23/10/2019)[grifou-se]

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. PROTESTO DE DUPLICATA JÁ PAGA. **CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. TAXA SELIC.** TERMO INICIAL. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Os juros de mora incidem desde o evento danoso, à taxa de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do CC/2002, e pela Taxa Selic após essa data (REsp 727.842/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, Corte Especial, DJe de 20/11/2008).

3. Agravo interno provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1740851/MA, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 26/06/2019)[grifou-se]

EXECUÇÃO DE SENTENÇA. TAXA DE JUROS. NOVO CÓDIGO CIVIL. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. ART. 406 DO NOVO CÓDIGO CIVIL. TAXA SELIC.

1. Não há violação à coisa julgada e à norma do art. 406 do novo Código Civil, quando o título judicial exequendo, exarado em momento anterior ao CC/2002, fixa os juros de mora em 0,5% ao mês e, na execução do julgado, determina-se a incidência de juros previstos nos termos da lei nova.

2. Atualmente, a taxa dos juros moratórios a que se refere o referido dispositivo [art. 406 do CC/2002] é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, por ser ela a que incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95, 84 da Lei 8.981/95, 39, § 4º, da Lei 9.250/95, 61, § 3º, da Lei 9.430/96 e 30 da Lei 10.522/02)' (REsp 727.842, DJ de 20/11/08)" (REsp 1.102.552/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, sujeito ao regime do art. 543-C do CPC, pendente de publicação). Todavia, não houve recurso da parte interessada para prevalecer tal entendimento.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1111118/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, **CORTE ESPECIAL**, julgado em 02/06/2010, DJe 02/09/2010)[grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. ABUSO DE MANDATO. EXCESSO DE CONDENAÇÃO. SÚMULAS 05 E 07/STJ. **JUROS DE MORA E TAXA SELIC. PRECEDENTES.** TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. CITAÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. SÚMULA 07/STJ.

(...)

4. A fixação da taxa dos juros moratórios, a partir da entrada em vigor do artigo 406 do Código Civil de 2002, deve ser com base na taxa Selic, sem cumulação de correção monetária, em obediência aos precedentes da Corte Especial, ressalvado posicionamento pessoal deste relator.

5. O termo inicial dos juros moratórios deve ser determinado a partir da natureza da relação jurídica mantida entre as partes.

6. No caso, tratando-se de mandato, a relação jurídica tem natureza contratual, sendo o termo inicial dos juros moratórios a data da citação (art. 405 do CC).

(...)

12. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

(REsp 1403005/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 11/04/2017)[grifou-se]

2. Do exposto, dou provimento ao recurso especial, para determinar que, a partir da vigência do CC/2002 (11/1/2003), os valores da condenação sejam corrigidos exclusivamente pela Taxa SELIC, sem cumulação com outros índices de atualização monetária.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator